



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***



***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Direito em movimento: saberes transformadores da sociedade contemporânea

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremonesi
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D598	<p>Direito em movimento [recurso eletrônico] : saberes transformadores da sociedade contemporânea 1 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-269-2 DOI 10.22533/at.ed.692201308</p> <p>1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 340.115</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com as múltiplas ações e reações da sociedade que se exercita por transformações.

Assim, nesse primeiro volume, temos dois grandes grupos de reflexões que explicitam as mutações sociais diárias e que o Direito estabelece relações para um regular convívio entre sujeitos.

Em duas singelas divisões estão debates que circundam os direitos humanos e o universo penal.

Nessa perspectiva, os direitos humanos aqui contemplam um arcabouço por demais variado e interseccional. Inicia com a problemática dos direitos sociais, discute a eficácia dos direitos humanos em território nacional, debate o estado de coisas inconstitucional, violações de direitos junto aos povos tradicionais, bem como a cidadania dos negros. Temas mais específicos como energia nuclear, direito da personalidade, família, pensão para ex-cônjuge à partir de uma perspectiva de direitos humanos, majoração de valor de aposentadoria decorrente de invalidez e a teoria das incapacidades encontram ecos e discussões de relevância.

Alcançando o universo penal aqui congregamos estudos que perpassam a análise da criminalização da pobreza, e também dos movimentos sociais, o populismo penal midiático – tema de bastante relevância e que carece de maiores debates e críticas, principalmente no cenário vigente –, o voto do preso, o instituto da delação premiada, a figura do estupro de vulnerável e o papel da Psicologia na análise da questão. Ademais, a violência infantil, medidas socioeducativas e jogos eletrônicos e violência também se fazem abordagens necessárias diante da sociedade das mudanças.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A GOVERNANÇA PÚBLICA: O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Itamar de Ávila Ramos Rodrigo da Silva Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.6922013081	
CAPÍTULO 2	18
O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO ABERTA COMO UMA MEDIDA PARA A EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	
Kaléo de Oliveira Tomaz	
DOI 10.22533/at.ed.6922013082	
CAPÍTULO 3	37
DIREITOS FUNDAMENTAIS: O TREM DOS TRILHOS ENFERRUJADOS E A SOLUÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL	
Rubens Beçak Rafaella Marineli Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6922013083	
CAPÍTULO 4	49
GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA: A EFETIVIDADE DA IDENTIDADE DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS	
Cassiane Fernandes de Mello Renata Aparecida Follone	
DOI 10.22533/at.ed.6922013084	
CAPÍTULO 5	65
A FERROVIA PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE	
Johny Fernandes Giffoni	
DOI 10.22533/at.ed.6922013085	
CAPÍTULO 6	74
DE ESCRAVIZADO A CIDADÃO: UMA ANÁLISE DA CIDADANIA DOS NEGROS EM TEMPOS ATUAIS	
Carlos Alberto Ferreira dos Santos João Batista Santos Filho Maria Lenilda Caetano França	
DOI 10.22533/at.ed.6922013086	
CAPÍTULO 7	84
A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA NO QUE SE REFERE À ENERGIA NUCLEAR E SUA INTERFERÊNCIA NA VIDA E NOS DIREITOS DE CADA INDIVÍDUO	
Victor Lozovoi Figueiredo de Araújo José Roque Nunes Marques	
DOI 10.22533/at.ed.6922013087	
CAPÍTULO 8	94
O NOME SOCIAL E SUA IMPORTÂNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO PERSONALÍSSIMO	
Maria de Fátima Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6922013088	

CAPÍTULO 9	104
DIREITO SISTÊMICO E DIREITOS HUMANOS: A APLICAÇÃO DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES PARA TRATAMENTO DOS CONFLITOS JUDICIAIS	
Sami Storch Sttela Maris Nerone Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.6922013089	
CAPÍTULO 10	115
A PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA EX-CÔNJUGE E SUA INCIDÊNCIA NOS DIREITOS HUMANOS	
Isabella Nogueira Freitas Patrícia Martinez Almeida José Manfroi	
DOI 10.22533/at.ed.69220130810	
CAPÍTULO 11	127
A MAJORAÇÃO DE 25% NO VALOR DA APOSENTADORIA SOMENTE AO APOSENTADO POR INVALIDEZ: DA CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Selma Cristina Tomé Pina Juvencio Borges Silva	
DOI 10.22533/at.ed.69220130811	
CAPÍTULO 12	140
A EVOLUÇÃO DO ROL DOS INCAPAZES: BREVES NOÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A TEORIA DAS INCAPACIDADES	
Fabrício Manoel Oliveira Luana Ribeiro Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.69220130812	
CAPÍTULO 13	154
NOTAS SOBRE O ILUMINISMO PENAL EM CESARE BECCARIA	
Leonardo Marcel de Oliveira Roberta Fernandes Santos	
DOI 10.22533/at.ed.69220130813	
CAPÍTULO 14	174
CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS - O POBRE COMO UM INIMIGO DA SOCIEDADE	
Álisson Rubens da Silva Sousa Linda Evelyn Sousa Nascimento Stenny Dyego Silva Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.69220130814	
CAPÍTULO 15	181
POPULISMO PENAL MUDIÁTICO: A EXPLORAÇÃO COMERCIAL E POLÍTICA DO CRIME	
Paulo Thiago Fernandes Dias Dara Sousa Santos Khayam Ramalho da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.69220130815	

CAPÍTULO 16	193
DIREITO DE VOTAR DO PRESO CONDENADO POR SENTENÇA CRIMINAL: UMA INCONSTITUCIONALIDADE?	
Vanessa Serra Carnaúba Feitoza Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.69220130816	
CAPÍTULO 17	210
O PAPEL DA DELAÇÃO PREMIADA NA PERSECUÇÃO PENAL	
Tiago Martins de Oliveira Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.69220130817	
CAPÍTULO 18	224
O ESTUPRO DE VULNERÁVEL, A PALAVRA DA VÍTIMA E O <i>IN DUBIO PRO REO</i> – A PSICOLOGIA COMO FERRAMENTA JURÍDICA DE EQUILÍBRIO	
Tércio Neves Almeida Rosemar Cardoso Fernandes Lissa Caron Sarraf e Silva Fernando Gomes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.69220130818	
CAPÍTULO 19	247
COMPARAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA INFANTIL ENTRE OS ALVOS MASCULINOS E FEMININOS NO BRASIL	
Geovana Passos Brito Amanda Claudino Borges Débora Teodoro Carrijo Felipe Batista Rezende Heloísa Teodoro Sequeira Júlia Oliveira Carvalho Luísa Castilho Amâncio Maria Eduarda Giacomin da Cruz Mateus Teodoro Sequeira Natália Sousa Costa Paula Kathlyn de Oliveira Mithielle Rodrigues de Oliveira Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.69220130819	
CAPÍTULO 20	252
A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
Gislaine da Silva Jociane Machiavelli Oufella Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.69220130820	
CAPÍTULO 21	265
JOGOS ELETRÔNICOS E VIOLÊNCIA: A INVERSÃO DE VALORES E A GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À LUZ DA LEI N°. 8.069/1990	
Mariana Maria Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.69220130821	
SOBRE O ORGANIZADOR	277
ÍNDICE REMISSIVO	278

A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA NO QUE SE REFERE À ENERGIA NUCLEAR E SUA INTERFERÊNCIA NA VIDA E NOS DIREITOS DE CADA INDIVÍDUO

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 30/06/2020

Victor Lozovoi Figueiredo de Araújo

Universidade Federal do Amazonas.

Manaus – Amazonas.

<http://lattes.cnpq.br/9595476055257854>

José Roque Nunes Marques

Universidade Federal do Amazonas.

Manaus – Amazonas

<http://lattes.cnpq.br/7320451610049895>

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma análise acerca do uso da Energia Nuclear em território brasileiro e da sua falta de rigor no que se refere à escolha da localização para a construção de Usinas Nucleares, além de apontar os perigos nestas contidos, fazendo também uma rápida análise acerca dos resíduos radioativos gerados por estas Usinas. Tal artigo pauta-se em uma profunda e detalhada revisão bibliográfica e documental acerca do tema em análise. A interferência da ciência no modo de vida de determinadas sociedades apresenta-se como tema relevante, o qual, através deste artigo, é discutido profundamente, além de apresentar possíveis soluções para os

problemas anteriormente citados.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência, Direito, Energia Nuclear, Usina Nuclear.

THE EVOLUTION OF SCIENCE WITH REGARD TO NUCLEAR ENERGY AND ITS INTERFERENCE IN THE LIFE AND RIGHTS OF EACH INDIVIDUAL

ABSTRACT: This article aims to make an analysis about the use of nuclear energy in Brazil and its lack of rigor as regards the choice of location for the construction of nuclear plants in Brazil, while pointing out the dangers in these contained, making also a brief analysis about the radioactive waste generated by these plants. This article is guided in a deep and detailed literature and documents on the subject in analysis review. The interference of science in the way of life of certain companies is presented as a relevant theme which through this article, is discussed deeply, and present possible solutions to the problems mentioned above.

KEYWORDS : Science, Right, Nuclear Energy, Nuclear Plant.

1 | INTRODUÇÃO

Algumas pesquisas desenvolvidas recentemente por E. Fermi e L. Szilard, cujas comunicações me foram entregues em manuscritos, induziram-me a considerar que o elemento urânio possa ser transformado, num futuro próximo, em uma nova e importante fonte de energia. Alguns aspectos da situação justificam uma certa vigilância e uma rápida intervenção por parte da administração estatal. Albert Einstein¹

A partir do século XX a ciência deu um grande salto, tornando-se uma das principais aliadas das nações. Em busca do melhoramento bélico para as guerras existentes nesse século, grandes investimentos foram feitos, dando início a uma verdadeira corrida em busca de novas descobertas. Após todo o drama vivido nessa época em que a paz não se fazia presente no planeta e que as disputas políticas eram mais importantes que vidas, o que foi aperfeiçoado e descoberto com a guerra pôde enfim ser usado em proveito das populações. Novas formas de energia visando o menor impacto na natureza passaram a ser usadas, dentre elas, a energia nuclear.

Em 26 de junho de 1954, surge a primeira usina nuclear do mundo. Em um período de extrema tensão por conta do recente fim da segunda grande guerra, uma das maiores potências da época, União Soviética, deu um importante passo para a ciência implementando a primeira usina nuclear do mundo, na cidade de Obninsk, localizada a cerca de 40 km de Moscou.

Desde então, diversos outros países passaram a investir nessa forma de energia. Com a vantagem de não necessitar de uma grande área de alagamento, como no caso das Usinas Hidrelétricas, vários países em que os recursos hídricos são escassos ou que não apresentam outros meios para obtenção de energia de forma expressiva passaram a adotar esta fonte de energia como sendo uma das suas principais, com no caso da França, onde cerca de 77% da matriz energética do país corresponde a esse tipo de energia.

Outra grande vantagem apresentada pelos defensores dessa forma de energia é por esta ser uma forma de obtenção de energia sustentável. Como aborda Antônio Teixeira e Silva em seu artigo “O futuro da energia nuclear”:

Atender às metas de sustentabilidade inclui fornecer um sistema de geração de energia sustentável, substituindo fontes de energia poluidoras e promovendo a efetiva utilização do combustível nuclear. (SILVA, 2007, p. 39).

A utilização de energia nuclear transmite uma ideia de energia limpa e segura, podendo, de certa forma, encobrir os riscos nela existentes. No mundo, diversos desastres tornaram-se conhecidos, como o de Chernobyl, cujo deixou cerca de 30 mil mortos e milhares de pessoas afetadas pela radiação.

No Brasil, as usinas nucleares não detêm de regulamentação direta quanto ao local em que são alocadas, não podendo as populações de cidades vizinhas ao local de construção da usina demonstrar suas opiniões a respeito disso, tornando os moradores

¹ EINSTEIN, Albert. Trecho de carta enviada ao então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, a qual trata acerca da utilização da Energia Nuclear para uso bélico.

de localidades próximas vulneráveis a possíveis desastres que possam vir a acontecer.

Além de uma importância social, este artigo apresenta também relevância ao meio acadêmico, ou científico. Ao tornar evidente a falta de regulamentação nos casos aqui apresentados, abre-se espaço para reflexão acerca disso, podendo a lei intervir e finalmente regulamentá-los. Com isso, torna-se possível que a comunidade acadêmica conheça os limites e medidas necessárias para execução de futuros projetos sem correrem maiores riscos, sendo estes reduzidos consideravelmente.

O presente artigo versará sobre os riscos envolvidos na utilização da Energia Nuclear no Brasil no que se refere a sua falta de regulamentação quanto à escolha dos locais de construção das Usinas Nucleares, além de apresentar alternativas que possam vir a diminuir os danos sofridos pelas populações atingidas por eventuais problemas que possam vir a acontecer. Além disso, um breve direcionamento para a questão da fiscalização das usinas nucleares em solo nacional tornar-se-á evidente, tendo em vista uma breve reflexão sobre esse tema.

Faz-se necessário mencionar, por fim, que este artigo pauta-se em uma profunda e detalhada revisão bibliográfica e documental acerca dos temas em análise. A interferência científica no modo de vida as espécies e sua falta de regulamentação apresentam-se como temas relevantes, sendo viável um estudo detalhado sobre o mesmo.

2 | O SURGIMENTO DA ENERGIA NUCLEAR

Antes de tratarmos sobre a descoberta da Energia Nuclear, faz-se necessário que um breve resumo sobre alguns conceitos que são importantes para o entendimento dessa forma de energia sejam explicados, a fim de uma melhor fluidez na leitura deste artigo.

Inicialmente, devemos retornar ao século V, onde tivemos a descoberta do Átomo. O primeiro a dar uma definição ao Átomo foi o filósofo grego Demócrito de Abdera, o qual dizia que o Átomo era a menor parte constituinte da matéria.

Avançando ao ano de 1897, JJ Thompson anunciou a descoberta de partículas com carga negativa que ele chamou de Elétrons, as quais são células que estão em órbita em torno de um núcleo. Para um melhor entendimento, é com se estes Elétrons fossem planetas que orbitam o sol.

O físico francês Antoine-Henri Becquerel, no ano de 1896, descobriu o que viria a ser denominado como Radioatividade, fenômeno o qual determinadas substâncias, tais como sais de urânio, produzem radiação penetrante de origem desconhecida.

No final de 1938 ocorreu a descoberta de uma das principais formas para obtenção da energia nas Usinas Nucleares existentes hoje em dia, a fissão nuclear. Lise Meitner e Otto Frisch puderam deduzir que o urânio, ao ser bombardeado por nêutrons, ele captura um nêutron o divide em dois fragmentos, liberando uma grande quantidade de energia.

A partir destas e de outras descobertas, Einstein, em 1939, envia uma carta acerca

da construção de bombas nucleares ao então presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, na qual consta o seguinte trecho:

Alguns trabalhos recentes de E. Fermi e L. Szilard, que me foram comunicados em manuscrito, levaram-me a crer que o elemento urânio possa ser transformado em uma nova e importante fonte de energia em um futuro próximo. Certos aspectos da situação que se criou parecem exigir atenção e, se necessário, rápida ação por parte da Administração. Creio, portanto, que é meu dever trazer a sua atenção para os seguintes fatos e recomendações:

No decorrer dos últimos quatro meses, foi provado - através do trabalho de Joliot na França, bem como de Fermi e Szilard na América - que é possível a criação de uma reação nuclear em cadeia em uma grande massa de urânio, através da qual vastas quantidades de energia e grandes quantidades de novos elementos semelhantes ao rádio são gerados. Agora, parece quase certo que isso possa ser conseguido em um futuro próximo.

Esse novo fenômeno levaria também à construção de bombas e é concebível - embora não tão certamente - que bombas extremamente poderosas de um novo tipo possam ser construídas. Uma única bomba deste tipo, carregada por um barco e explodida em um porto, pode muito bem destruir todo o porto, juntamente com parte do território circundante. (EINSTEIN. A. [carta] 2 de agosto de 1939, Peconic, Long Island [para] ROOSEVELT. F., Washington, D.C. 2f. Informa sobre a possibilidade de construção de Bombas Nucleares).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e seus efeitos catastróficos, sendo um deles o lançamento de bombas nucleares pelos Estados Unidos em cidades Japonesas, ocasionando instantaneamente a morte de milhares de pessoas e outras milhões afetadas em longo prazo pela radiação, iniciaram-se diversos projetos para evitar a utilização dessa tecnologia para fins bélicos.

No ano de 1968, a partir da observação dos efeitos causados pela utilização de armas nucleares em conflitos, foi assinado o Tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP), o qual conta atualmente com a adesão de 189 países, cinco dos quais reconhecem ser detentores de armas nucleares: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China.

No ano de 1954, mais exatamente no dia 26 de junho deste ano, na Rússia, entra em funcionamento a primeira Usina Nuclear do mundo, na cidade de Obninsk. O local tornou-se símbolo do triunfo da União Soviética durante a Guerra Fria e foi usada para fins civis e militares. Desde então, diversos outros países têm investido nessa forma de produção de energia, principalmente países com pequena extensão territorial, que não detêm de outras formas de produção de energia, ou quando dispõem, estas não suprem completamente a demanda.

No Brasil, a primeira Usina Nuclear a entrar em funcionamento foi Angra 1, no estado do Rio de Janeiro, iniciando suas atividades no dia 1 de abril de 1982. Atualmente, estão em funcionamento no Brasil as Usinas Nucleares de Angra 1 e Angra 2, além de uma terceira estar em construção, Angra 3. Quando esta estiver pronta, adicionará mais de 1000 megawatts de energia elétrica à disposição do Brasil, além dos 2000 megawatts já

produzidos por Angra 1 e Angra 2.

3 | CHERNOBYL: UM DESASTRE QUE ABRIU OS OLHOS DO MUNDO

Após a descoberta de novas fontes energéticas, uma reflexão acerca de qual seria a melhor opção de geração de energia tornou-se necessária, sendo intensificada com o aumento da temperatura e seus efeitos ocasionados pelo aquecimento global. A energia nuclear, dita como uma das mais limpas entre as existentes é alvo de intensa discussão sobre seus prós e contras. Por um lado, é considerada a energia mais viável no que se refere à quantidade energética produzida em relação à quantidade de poluentes liberados na atmosfera, por outro, mostra-se como uma ameaça constante às populações alocadas próximas as usinas nucleares, além do lixo tóxico que estas geram, necessitando que o descarte seja feito em lugares específicos e constante fiscalização.

Um exemplo desses “prós x contras” fica claro quando analisamos a história de Chernobyl, por exemplo. A Usina nuclear de Chernobyl está situada no assentamento de Pripyat, Ucrânia, 18 km a noroeste da cidade de Chernobyl. Pripyat é uma cidade a qual nasceu à partir da construção de Chernobyl e tinha o objetivo de abrigar os trabalhadores que estavam construindo a usina. Foi criada em 1970, mas só em 1979 foi oficialmente proclamada como uma cidade.

Apesar de ser uma cidade criada para abrigar os trabalhadores da usina, Pripyat mostrava-se como uma cidade próspera e em crescimento, passando a ser uma das zonas mais agradáveis de viver da antiga URSS. A cidade que inicialmente abrigava apenas os trabalhadores, em apenas 16 anos teve um crescimento de 40 mil habitantes.

Porém, nove anos após a inauguração do primeiro reator de Chernobyl, as operações dessa usina foram interrompidas pelo o que veio a ser o maior acidente nuclear da história, e um dos maiores desastres já ocorridos no mundo. No dia 26 de abril de 1986, o reator 4 de Chernobyl sofreu uma explosão de vapor que deu origem a um incêndio, e diversas explosões posteriores, ocasionando um derretimento nuclear.

Esse desastre, cujos efeitos são sentidos até hoje em regiões próximas, teve um total de 30 mil mortos e ao menos 10 milhões de pessoas atingidas pela radiação (dados obtidos 14 anos após o desastre).

4 | LOCALIZAÇÃO DAS USINAS NUCLEARES BRASILEIRAS E SEUS REJEITOS SÓLIDOS

Após décadas desse desastre, reflexões ainda pairam as mentes de muitos estudiosos quanto aos riscos dessa fonte de energia. No Brasil, segue uma discussão acerca da localização das usinas nucleares, seguindo em tramitação um projeto de lei

para regulamentar os locais de construção.

O ex-senador Itamar Franco, com a criação deste projeto de lei, o qual Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e de outras providências, tem o objetivo de regulamentar os locais de futuras construções de usinas nucleares em solo nacional, impondo regras a serem cumpridas.

Uma dessas principais regras é a aceitação das populações descritas no Artigo 2º deste projeto de lei através de referendo popular, o que fica claro no Artigo 1º do mesmo projeto e em seu parágrafo único:

Art. 1. A autorização para localização, em território nacional, de usina que opere com reator nuclear somente será expedida após a entrada em vigor da lei prevista no art. 225, § 6º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A lei a que se refere o “caput” deste artigo deverá prever sua entrada em vigor mediante aprovação em referendo popular, a ser convocado com a participação exclusiva da população residente nas áreas descritas no art. 2º desta Lei.”

Seguindo para o Artigo 2º de tal projeto, no que se refere às populações contempladas com o direito de escolherem entre a construção da usina em localidade próxima ou o veto, temos:

Art. 2. A localização a que se refere o art. 1º será determinada com a observância das seguintes margens de segurança:

I – fixação de Área de Exclusão – assim considerada a que circunscreva o reator nuclear, com raio de, no mínimo, 500 (quinhentos) metros e reservada à permanência de pessoas envolvidas com a sua operação.

II – demarcação de Área de Baixa População – considerada como tal a que circunscreva a Usina Nuclear, com raio de 40 (quarenta) quilômetros, onde a população total não seja superior a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes.

III – estabelecimento de Área de Afastamento de Centros Populacionais – assim considerada a que circunscreva a Área de Baixa População, com o prolongamento de seu raio, e que mantenha o reator nuclear afastado, pelo menos, 50 (cinquenta) quilômetros de qualquer centro populacional de mais de 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes.

Pode-se observar que essa lei supriria, pelo menos em partes, a falta de regulamentação quanto à localização das usinas nucleares em solo nacional, diminuindo os riscos para as populações próximas.

Além dos riscos existentes no funcionamento de usinas nucleares, deve-se considerar também o descarte dos resíduos oriundos dessas usinas.

De acordo com as especificações da Eletrobrás a respeito dos resíduos dessas usinas, o Brasil, no que se refere às suas Usinas Nucleares de Angra 1, Angra 2 e Angra 3, os resíduos nucleares são classificados e armazenados de diferentes formas.

Os rejeitos sólidos de baixa e média atividade são acondicionados em embalagens metálicas, testadas e qualificadas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e transferidos para o depósito inicial, construído no próprio sítio da CNAEA (Central Nuclear

Almirante Álvaro Alberto). Já os elementos combustíveis de alta atividade são colocados dentro de uma piscina contendo um sistema de resfriamento no interior das usinas, este é considerado um depósito intermediário de longa duração, cercado de todos os requisitos de segurança exigidos internacionalmente.

Além do armazenamento dos resíduos, algumas medidas também são previstas caso haja algum problema com os reatores nucleares. Há um plano de ação para assegurar a proteção das populações que vivem próximas às usinas.

Quanto à disposição final dos rejeitos radioativos, constata-se que sua responsabilidade é estatal no Brasil. Entretanto, os custos do armazenamento definitivo dos resíduos devem ser suportados pelas entidades que os produzem (TAVARES, 2005).

Em se tratando da fiscalização destes depósitos de resíduos radioativos gerados pelas Usinas Nucleares, podemos recorrer a Lei no 10.308, de 20 de Novembro de 2001, a qual trata em seus Art. 10 e Art. 11 sobre este tema.

Art. 10. A responsabilidade pelo licenciamento de depósitos iniciais, intermediários e finais é da CNEN no que respeita especialmente aos aspectos referentes ao transporte, manuseio e armazenamento de rejeitos radioativos e à segurança e proteção radiológica das instalações, sem prejuízo da licença ambiental e das demais licenças legalmente exigíveis.

Art. 11. A fiscalização dos depósitos iniciais, intermediários e finais será exercida pela CNEN, no campo de sua competência específica, sem prejuízo do exercício por outros órgãos de atividade de fiscalização prevista em lei. (BRASIL, 2001)

Como podemos observar, a fiscalização destes depósitos de armazenamento de resíduos oriundos das Usinas Nucleares é feito pela própria CNEN, tendo esta praticamente o monopólio sobre a implementação e fiscalização das usinas nucleares brasileiras, criando assim impedimentos para a atuação de outros órgãos, tais como Ministério do Trabalho, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no setor nuclear.

Buscando uma espécie de complemento à regulamentação existente, o Brasil participa das seguintes convenções internacionais: Convenção sobre a Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Convenção de Viena, 1993); Convenção sobre a Proteção Física de Material Nuclear (1987); Convenção sobre Pronto Resposta a um Acidente Nuclear (1991); Convenção sobre assistência em caso de acidente nuclear ou emergência radiológica (1991); Convenção sobre Segurança Nuclear (1997); Convenção n. 115 da Organização Internacional do Trabalho (1964) e Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irrradiado e a Segurança da Gestão dos resíduos radioativos (2006).

Como podemos notar, o Brasil participa de um grande número de convenções, podendo ser considerada essa uma atitude que visa uma espécie de complemento à regulamentação existente no que se refere a essas usinas nucleares. Porém, ao fazermos uma análise, podemos concluir que essa pode ser comparada a uma “colcha de retalhos”,

ficando evidente a falta de uma regulamentação por parte do governo em si, se fazendo necessário preencher essas “lacunas” ocasionadas pela falta de leis regulamentadoras acerca do tema em questão em seu texto constitucional participando de tais convenções, passando uma ideia de que, desta forma, estaríamos protegidos e amparados.

No que se refere à fiscalização de tais usinas nucleares, o Brasil não dispõe de um órgão independente para tal. Existe uma proposta de criação de uma agência fiscalizadora desde 2009 aguardando uma análise pelos 11 ministérios integrantes do comitê de gerenciamento do setor nuclear do Brasil, porém, tal comitê não se reúne desde aquele ano.

Além de detentora do poder comercial de tudo relacionado a energia nuclear, a CNEN é detentora de poderes para, como consta na Lei 7.781/89, expedir normas, licenças e autorizações relativas a instalações nucleares, armazenamento e transporte do material nuclear, entre outros. Além disso, pode expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e utilizar energia nuclear, além de ser a fiscalizadora de suas próprias atitudes.

Reforçando a ideia da necessidade de um órgão independente fiscalizador, Bermann (2012) diz que em função desta estrutura que a faz “fiscal de si mesma”, muitas instalações nucleares e radioativas da própria CNEN não estão licenciadas ou certificadas e apresentam-se fragilmente fiscalizadas.

5 | CONCLUSÃO

O uso da Energia Nuclear ainda levanta uma série de questionamentos quanto a sua eficácia. Apesar de ser, como citado anteriormente neste artigo, uma das formas de produção de energia com melhor custo-benefício, segundo cientistas, esta se mostra um tanto perigosa quando um governo não apresenta uma regulamentação própria, criada a partir dos interesses da sociedade.

Considerando o fato do Governo Brasileiro não direcionar a atenção necessária no que se refere à construção de novas usinas nucleares, torna-se evidente a falta de cuidados com as populações que podem vir a sofrer com eventuais desastres nucleares. Sendo assim, torna-se válida uma reformulação da regulamentação sobre a construção de novas usinas nucleares e suas garantias de segurança, garantindo assim a segurança das populações que viriam a viver próximo a tais Usinas, preservando seus direitos de escolha sobre aceitar ou não aceitar a construção de tais usinas, mantendo assim o equilíbrio e preservando não somente a vida humana, como das demais espécies. Além disso, deve-se considerar a criação de uma agência independente para a fiscalização das usinas nucleares brasileiras como sendo algo plausível, visto que estas não tem um órgão

independente fiscalizando-as, atuando como “fiscalizadora de si mesma”.

Por fim, vale ressaltarmos que as Usinas Nucleares mostram-se como uma boa fonte energética, desde que previamente planejadas e tendo diversas medidas de segurança, tanto para as pessoas que nestas trabalharão, quanto para as comunidades próximas a tais usinas, além de toda biodiversidade existente nos arredores.

Todas as atitudes que tenham em vista a redução dos impactos ambientais devem ser tomadas a fim de preservarmos as diversas formas de vida, visto que garantir uma boa qualidade de vida para as próximas gerações é uma um dever de todos. Nossos rios, florestas, mangues, entre outros, são habitat de incontáveis espécies, muitas das quais ainda nem se quer foram descobertas. Buscar formas de preservar o nosso ecossistema é uma das principais tarefas da nossa geração, não nos rendendo à ideia de “lucro a qualquer custo” e aderindo a ideia de preservar o que de mais sagrado existe, em qualquer forma, a vida.

REFERÊNCIAS

BERMANN, Celio. **Avaliação dos aspectos de segurança da Usina Nuclear de Angra 3**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2012/Estudo%20Angra%203-garantia%20Hermes%20-%20CB.pdf> . Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. *Lei no 10.308, de 20 de novembro de 2001. Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10308.htm . Acesso em: 30 ago. 2016.

CHADE, Jamil. **Prejuízos causados pelo desastre de Chernobyl em 30 anos**. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,em-30-anos--chernobyl-gerou-prejuizos-de-us-700-bilhoes,1861045> . Acesso em: 01 ago. 2016.

CNEN. **A história da Energia Nuclear**. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/images/cnen/documentos/educativo/historia-da-energia-nuclear.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2016.

ELETRONUCLEAR. **Critérios de segurança adotados pelas usinas nucleares de Angra 1, Angra 2 e Angra 3**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/CriteriosSeguranca_A123_JMDF.pdf . Acesso em: 29 jul. 2016.

ELETRONUCLEAR. **Energia Nuclear: O que é? Como funciona?** Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Espa%C3%A7odoConhecimento/Pesquisaescolar/EnergiaNuclear.aspx>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FRANCO, Itamar. **Projeto de lei acerca da localização das usinas nucleares**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/88414.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2016.

MARTÍN, Eduardo. **Pripyat antes do desastre**. Disponível em: <http://www.pripyat.es/antes/index.html> . Acesso em: 27 jul. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **CNEN deve regulamentar descontaminação de usinas nucleares**. Disponível em : <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/cnen-deve-regulamentar-descontaminacao-e-desmantelamento-das-usinas-nucleares> . Acesso em: 29 jul. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.*

Dá nova redação aos artigos 2º, 10 e 19 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7781.htm. Acesso em: 05 nov. 2016.

SENADO FEDERAL. **Moratória para construir usinas nucleares não tem consenso.** Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/o-desafio-da-energia/propostas/projetos-para-gerar-a-propria-energia/moratoria-para-construir-usinas-nucleares-nao-tem-consenso> . Acesso em: 27 jul. 2016.

SILVA, Antônio. **O futuro da energia nuclear.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13636/15454> . Acesso em: 30 ago. 2016.

SUZUKI, Natalia. **Brasil quer retomar programa, mas esquece medidas de segurança.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Brasil-quer-retomar-programa-mas-esquece-medidas-de-seguranca/3/9856> . Acesso em: 30 ago. 2016.

TAVARES, Wagner. **Legislação Nuclear no Brasil, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Alemanha.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema16/2005_4125.pdf . Acesso em: 09 ago. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 10, 12, 13, 16, 17, 97, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275

Aposentadoria 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138

B

Brasil 5, 6, 2, 5, 7, 9, 10, 12, 16, 18, 23, 33, 35, 38, 39, 47, 48, 49, 50, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 101, 103, 115, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 132, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 151, 152, 177, 179, 180, 182, 184, 189, 190, 191, 192, 195, 200, 202, 209, 222, 223, 226, 237, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 264, 268, 270, 271, 275, 276, 277

C

Cidadania 2, 9, 49, 63, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 100, 137, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 202, 205, 206, 207, 208, 209

Ciência 3, 4, 5, 7, 19, 20, 25, 26, 84, 85, 106, 108, 139, 150, 156, 158, 170, 171, 188, 191, 227, 231, 232, 233, 237, 242, 244, 245, 249, 264, 268

Conflitos judiciais 104, 109, 110

Constituição 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 52, 59, 61, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 89, 97, 100, 101, 112, 115, 117, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 139, 141, 175, 176, 179, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 213, 229, 244, 246, 256, 266, 274, 275

Criança 12, 13, 16, 17, 97, 99, 106, 230, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275

Crime 79, 80, 82, 154, 156, 161, 162, 164, 168, 170, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 199, 201, 203, 205, 206, 208, 212, 214, 215, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 246, 256, 271

Criminalização 76, 77, 78, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 275

D

Delação premiada 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

Direito 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 80, 81, 84, 89, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134,

135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 217, 222, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 249, 255, 257, 263, 264, 265, 270, 273, 277

Direitos humanos 9, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 41, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 75, 83, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 133, 139, 177, 244, 245, 277

Direitos sociais 39, 116, 117, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139

E

Energia nuclear 84, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93

Estado 3, 4, 6, 7, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 25, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 55, 58, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 87, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 110, 111, 114, 117, 120, 124, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 151, 155, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 177, 178, 179, 189, 190, 191, 194, 196, 200, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 229, 231, 232, 237, 243, 253, 257, 262, 266, 270, 271, 272, 273, 277

Estupro de vulnerável 224, 225, 226, 232, 234, 240

Exploração 181, 182, 187, 270

G

Globalização 5, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 62, 63

I

Invalidez 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138

J

Jogos 146, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

M

Medidas socioeducativas 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Meio ambiente 49, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 90, 277

Mídia 31, 57, 175, 177, 178, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 246, 250, 269

Movimento 2, 38, 44, 77, 105, 106, 107, 108, 110, 154, 156, 159, 162, 163, 178, 188, 189

Movimentos sociais 31, 80, 174, 175, 178, 179

N

Negro 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Nome social 94, 95, 97, 100, 102

P

Pensão alimentícia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126

Pobreza 54, 129, 132, 174, 175, 176, 177, 255

Povos tradicionais 65, 66, 69, 70, 71, 72

Proteção integral 12, 255, 257, 264, 265, 266, 270, 271, 272, 273, 275

Psicologia 7, 163, 172, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 251

R

Refugiados 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

S

Saber 22, 43, 95, 102, 107, 160, 176, 186, 205, 225, 240, 243

Sociedade contemporânea 2, 97, 191

T

Teoria das incapacidades 140, 141, 142, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Transformação 43, 45, 158, 265, 266, 267

V

Violência 41, 42, 53, 81, 97, 102, 104, 105, 110, 122, 124, 154, 155, 161, 175, 176, 177, 179, 181, 187, 192, 226, 228, 238, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 257, 265, 269, 270, 271, 272, 273, 275

Voto 13, 14, 46, 47, 60, 138, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 209, 238



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020